

NEC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

NEC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações dos resultados para o exercício findo

QUADRO 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes para o exercício findo

QUADRO 4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo

QUADRO 5 – Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
RELATÓRIO MG – 2024/043**

Aos Sócios da
NEC Energia e Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **NEC Energia e Participações S.A.** (“Companhia” ou “Controladora”), identificadas como e Consolidado e Controladora, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **NEC Energia e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **NEC Energia e Participações S.A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela

administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 02 de março de 2024.



Leandro Caratta

Contador CRC MG-088.509/O-0

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes Ltda.

CRC-MG 005.455/O-1

Gilberto Galinkin

Contador CRC MG - 035.718/O-8

QUADRO 1**NEC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado	
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.528	6.470	34.347	33.245
Contas a receber de clientes	6	2.807	47	14.576	10.786
Impostos a recuperar		141	93	1.596	1.461
Adiantamentos concedidos	7	102	14	883	248
Outros ativos circulantes	8	5	10	1.465	1.185
Total dos ativos circulantes		10.583	6.634	52.867	46.925
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Depósitos judiciais		-	-	94	34
Outros ativos não circulantes	8	-	-	-	616
Investimentos	10	207.408	196.163	62.655	66.466
Partes relacionadas	9	22.841	22.318	22.841	22.318
Imobilizado	11	2.401	2.879	228.375	233.692
Intangível	12	1.701	1.699	5.997	2.142
Direito de uso de imóvel	13	3.071	2.377	3.071	2.377
Total dos ativos não circulantes		237.422	225.436	323.033	327.645
TOTAL DOS ATIVOS		248.005	232.070	375.900	374.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4

QUADRO 1 (página 2)

NEC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
					Reapresentado
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	14	373	643	3.712	4.673
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	12.987	12.026
Obrigações sociais	17	2.113	1.908	5.810	5.539
Obrigações tributárias	16	25	22	1.770	2.230
Adiantamento de clientes		-	-	32	8
Passivo de arrendamentos	13	497	245	497	245
Outros passivos circulantes		-	-	450	282
Total dos passivos circulantes		3.008	2.818	25.258	25.003
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	3.076	13.735
Passivo de arrendamentos	13	3.045	2.592	3.045	2.592
Obrigações tributárias	16	-	-	94	154
Provisões para riscos	18	-	-	68	68
Partes relacionadas	9	10.908	10.908	10.908	11.020
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-
Tributos diferidos	19	-	-	42.700	44.384
Total dos passivos não circulantes		13.953	13.500	59.891	71.953
Total dos passivos		16.961	16.318	85.149	96.956
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Capital social		69.694	64.129	69.694	64.129
Reservas de lucros		48.712	38.985	48.712	38.985
Reserva de capital		112.638	112.638	112.638	112.638
		231.044	215.752	231.044	215.752
Participação de não controladores		-	-	59.707	61.862
Total do Patrimônio Líquido		231.044	215.752	290.751	277.614
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		248.005	232.070	375.900	374.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2**NEC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	-	-	124.912	119.575
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	22	-	-	(51.167)	(54.842)
REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO	3	-	-	4.016	-
LUCRO BRUTO		-	-	77.761	64.733
Despesas gerais e administrativas	23	(4.325)	(1.676)	(27.493)	(22.175)
Despesas tributárias		(109)	(139)	(211)	(411)
Outras receitas e despesas operacionais	24	(15.822)	(4.364)	(15.070)	(4.264)
Resultado de equivalência patrimonial	10	45.305	38.827	801	9.275
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		25.049	32.648	35.788	47.158
Receitas financeiras	25	917	752	5.799	3.935
Despesas financeiras	25	(1.631)	(1.385)	(5.035)	(6.202)
Total do resultado financeiro		(714)	(633)	764	(2.267)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		24.335	32.015	36.552	44.891
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	-	-	(4.204)	(5.135)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	-	-	3.997	1.813
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(207)	(3.322)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		24.335	32.015	36.345	41.569
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores				24.335	32.015
Acionistas não controladores				12.010	9.554

QUADRO 3**NEC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.335	32.015	36.345	41.569
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	24.335	32.015	36.345	41.569
Resultado atribuível a:				
Controladores			24.335	32.015
Não controladores			12.010	9.554

QUADRO 4**NEC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Retenção de Lucros	Total Atribível à Controladora	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	50.154	95.696	738	146.588	99.433	246.021
Aumento (Redução) de capital	13.975	27.850	-	41.825	3.154	44.979
Dividendos fixos relacionados às ações PNB1	-	(10.908)	-	(10.908)	-	(10.908)
Resultado líquido do exercício	-	-	32.015	32.015	9.554	41.569
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(11.592)	(11.592)
Ajuste por perda de participação em investida	-	-	(530)	(530)	530	-
Aquisição de participação de não controlador	-	-	-	-	(43.562)	(43.562)
Ajustes reflexo em investida	-	-	6.762	6.762	139	6.901
Resultado com distribuição desproporcional de lucros	-	-	-	-	4.206	4.206
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	64.129	112.638	38.985	215.752	61.862	277.614
Aumento (Redução) de capital	5.565	-	-	5.565	-	5.565
Distribuição de lucros	-	-	(15.000)	(15.000)	(7.788)	(22.788)
Resultado líquido do exercício	-	-	24.335	24.335	12.010	36.345
Efeito de aquisição de minoritários	-	-	392	392	(5.585)	(5.193)
Resultado com distribuição desproporcional de lucros	-	-	-	-	(792)	(792)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	69.694	112.638	48.712	231.044	59.707	290.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5
NEC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				Reapresentado
Resultado Líquido do exercício	24.335	32.015	36.345	41.569
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	1.311	845	15.855	14.595
Encargos financeiros sobre empréstimos e parcelamentos fiscais	-	1.115	4.844	5.738
Resultados com distribuição desproporcional	15.822	4.204	(878)	4.445
Juros sobre arrendamentos	175	231	175	231
Resultado de equivalência patrimonial	(45.305)	(38.827)	(801)	(9.275)
IR e CSLL diferidos	-	-	4.204	(1.813)
IR e CSLL corrente	-	-	(3.997)	5.135
Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	(4.016)	-
Indenização por sinistros a receber	-	-	-	(616)
Provisão para perda com sinistros	-	-	-	701
Perda por impairment	-	165	-	165
Baixa de ativos imobilizados	-	-	-	900
	(3.662)	(252)	51.731	61.775
Redução (Aumento) nos ativos operacionais				
Redução (Aumento) em contas a receber	(2.760)	92	(3.790)	1
Redução (Aumento) em adiantamentos	(88)	10	(635)	610
Redução (Aumento) em impostos a recuperar	(48)	(59)	(135)	294
Redução (Aumento) em depósitos judiciais	5	(9)	(60)	(9)
Redução (Aumento) em outros ativos	22.770	2.440	(280)	2.907
(Redução) Aumento nos passivos operacionais				
Aumento (redução) em fornecedores	(270)	(150)	(511)	(434)
Aumento (redução) em tributos a recolher	3	(10)	747	(2.937)
Aumento (redução) em obrigações sociais	205	432	271	987
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	-	-	24	(4)
Aumento (redução) em outros passivos	-	-	(832)	139
Dividendos recebidos	-	-	5.480	11.052
Pagamento de arrendamento	(540)	(507)	(540)	(507)
Juros pago sobre parcelamentos fiscais, empréstimos e financiamentos	-	-	(2.422)	(4.382)
Impostos sobre a renda pagos	-	-	(3.093)	(2.236)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	15.615	1.987	45.955	67.256
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de participação societária	(4.140)	(41.049)	(5.250)	(36.494)
Aquisição de imobilizado	(36)	(361)	(9.558)	(22.400)
Aquisição de intangível	(423)	(1.553)	(445)	(1.667)
Incorporação de ativo imobilizado de empresa investida	-	-	-	(20.017)
Operações com partes relacionadas	(523)	(443)	(523)	(443)
Recomposição de gastos com ativos	-	-	-	804
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(5.122)	(43.406)	(15.776)	(80.217)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento (redução) de capital	5.565	41.825	5.565	41.825
Transações com partes relacionadas	-	-	338	-
Amortização de empréstimos	-	(1.115)	(12.120)	(12.593)
Dividendos pagos	(15.000)	-	(22.788)	(11.592)
Amortização de parcelamento fiscal	-	-	(72)	(74)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(9.435)	40.710	(29.077)	17.566
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	1.058	(709)	1.102	4.605
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.470	7.179	33.245	28.640
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.528	6.470	34.347	33.245
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.058	(709)	1.102	4.605

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **NEC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, (“Companhia” ou “Controladora”, e em conjunto com sua controlada, “Grupo”), constituída em 18 de agosto de 2020, com sede em Belo Horizonte – MG, tem como objeto social a participação em outras sociedades, seja como quotista ou acionista.

Em julho de 2021, a Sociedade tornou-se controladora integral da NEC Operações e Participações em Energia Ltda. (“Controlada” ou “NEC Operações”) e passou, a partir de 1º de julho de 2021 a apresentar os saldos consolidados.

A NEC Operações e Participações em Energia Ltda. é uma sociedade limitada cuja sede está localizada em Belo Horizonte – MG e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades na condição de acionista, sócia ou cotista em caráter permanente ou temporário, investindo, predominantemente em empresas de geração de energia por meio de fontes renováveis, notadamente de origem hídrica, operação e manutenção remota de usinas hidrelétricas; consultoria e assessoria de negócios relacionados à energia elétrica; comercialização de energia elétrica.

Em 18 de agosto de 2022, a CEI Energética Integrada Ltda. passou a deter 2% de participação da NEC Operações mediante integralização de novas quotas no quadro societário da Sociedade. A CEI Energética, fundada em novembro de 2004, é uma sociedade e possui participação em empresas de geração de energia por meio de fontes renováveis, de origem hídrica e solar, consultoria e assessoria de negócios relacionadas a energia elétrica e comercialização de energia elétrica.

A seguir, apresentamos os percentuais de participação nas controladas diretas e indiretas e em controladas em conjunto:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Controladas diretas:		
NEC Operações e Partic. Em Energia Ltda.	98,05%	98,00%
Controladas indiretas:		
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda	100,00%	95,00%
Brito Energética Ltda	100,00%	100,00%
Energia Limpa Participações Ltda	70,00%	70,00%
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	57,00%	57,00%
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda	100,00%	100,00%
Areal Energias Renováveis Ltda	100,00%	100,00%
Itacolomi Participações S.A.	100,00%	73,91%
Vila Real Energia S.A.	67,50%	62,50%
Maynard Energética Ltda	100,00%	100,00%
Polaris Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Arenal Participações S.A.	100,00%	100,00%
Controlada em conjunto:		
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	51,00%

O Grupo faz a gestão de 18 usinas situadas no Estado de Minas Gerais e no Estado do Mato Grosso do Sul com capacidade de geração de 75,38 MW.

Segue resumo informativo das controladas da NEC Operações e Participações em Energia Ltda:

- Energia Limpa Participações Ltda. (“Energia Limpa”) – Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A Energia Limpa, sociedade limitada cuja sede está localizada em Rio Casca – MG tem como objetivo (i) a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica e (ii) o comércio atacadista de energia elétrica.

A Energia Limpa iniciou sua operação em abril de 2012, por meio da Usina de Ponte Queimada I. Em junho de 2012, teve início a operação da segunda usina da Sociedade, Usina de Ponte Queimada II.

Em 2016, a Energia Limpa iniciou um projeto de ampliação da capacidade instalada que consistiu na construção de uma nova usina, denominada Nova Ponte Queimada II, substituindo a usina Ponte Queimada II que tinha capacidade instalada de 0,76 MW. A nova usina começou a gerar energia em 15 de janeiro de 2019 e tem capacidade instalada de 3 MW, com direito vitalício de concessão. Em janeiro de 2020 a usina Ponte Queimada I teve sua operação descontinuada.

- GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A. (“GESM”) – Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A GESM, companhia por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de julho de 2012 e tem como objetivo (i) a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica e (ii) o comércio atacadista de energia elétrica.

A GESM gera energia elétrica vendida no mercado livre por meio das hidrelétricas PCH Congonhal I e PCH Paes Leme, com capacidade instalada de 1,82MW e 1,92MW, respectivamente que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 10 anos da autorização vigente.

As CGH Congonhal I 0,428MW, CGH Pirambeira 0,53MW, CGH Henrique Portugal 0,8MW, e CGH Ribeirão, 0,18MW, possuem registro junto a ANEEL com prazo vitalício.

- Pacífico Mascarenhas Energética Ltda. (“Pacífico Mascarenhas”) – Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A Pacífico Mascarenhas, sociedade limitada cuja sede está localizada em Belo Horizonte – MG tem como objetivo realizar atividades de geração de energia elétrica.

A filial da Pacífico Mascarenhas foi constituída em 27 de julho de 2017 para comercializar energia por meio da Usina de Pacífico Mascarenhas, classificada como CGH (localizada na Serra do Cipó). A usina passou por um processo de modernização e repotenciação ao longo dos anos de 2021 e 2022 ampliando sua capacidade de 2,9 MW para 5,0 MW, com direito vitalício a exploração.

- Arenal Participações S.A. (“Arenal”) – Investida Polaris Participações Ltda.

A Arenal, sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 07 de junho de 2018, com sede no município de Belo Horizonte – MG tem como objeto social a participação em outras companhias, como quotista ou acionista, em companhias empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Arenal, a partir de 6 de setembro de 2018, passou a ser detentora de 51% das quotas da Costa Rica Energética Ltda. (“Costa Rica”), mediante a sessão de quotas da sócia EDP Energias do Brasil S.A.

A Administração da Companhia aprovou a adesão da PCH Costa Rica, detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Com consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso da PCH Costa Rica, o prazo de extensão foi de 1.152 dias. A Costa Rica reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 11.344, em 15 de março de 2022, no valor de R\$ 9.850 mil. Destaca-se que trata-se de registro contábil cujos efeitos financeiros passarão a existir a partir do final da outorga vigente em 05 de novembro de 2031.

- Brito Energética Ltda. (“Brito”) - Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A Brito, sociedade limitada cuja sede está localizada em Ponte Nova – MG, foi constituída em 21 de maio de 2014 e tem como objetivo (i) a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica, e (ii) o comércio atacadista de energia elétrica.

A Brito comercializa energia por meio das Usinas de Brito e Ituerê, classificadas como CGH, com capacidades instaladas de 2,9 MW e 4,04 MW respectivamente, com o direito vitalício a exploração.

- BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda. (“BEI”) - Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A BEI, sociedade simples limitada, constituída em 10 de janeiro de 2013, com sede em Belo Horizonte – MG, tem como objeto social:

- Operação e Manutenção de Usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de Engenharia
- Consultoria na área de geração de energia elétrica
- Prestação de serviços de automação de usinas de geração de energia elétrica
- Prestação de serviços de hidrometria;
- Prestação de serviços de Telemetria;
- Prestação de serviços de limpeza e vigilância de usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de telecomunicações
- Promoção de treinamentos, cursos e palestras, presenciais ou à distância;

Seus pilares são sustentados por processos definidos, inovação tecnológica e qualificação da equipe, tendo como foco o resultado, soluções aliadas à redução de custos e ampliação da confiabilidade das operações de seus clientes. Tem seu modelo baseado em uma estrutura própria elaborada a partir do conhecimento das melhores práticas do mercado e, atualmente, se tornou referência em operação remota de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Em 04 de agosto de 2022, através da 11ª Alteração do Contrato Social, ocorreu a saída da sociedade o sócio minoritário da Companhia, fazendo desde então a NEC Operações como única sócia.

- Itacolomi Participações S.A. (“Itacolomi”) - Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A Itacolomi, sociedade anônima fechada, foi constituída em 26 de fevereiro de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, em sociedades empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Itacolomi, a partir de 30 de abril de 2014, passou a ser detentora de 57,5% das quotas da Vila Real Energia S.A., que naquela oportunidade, ainda não havia promovido a aquisição das quotas da sociedade de propósito específico (“SPE”) denominada Maynard Energética Ltda., a qual, conforme se descreverá a seguir, é a sociedade que explora ativos de geração de energia elétrica no estado de Minas Gerais.

A Vila Real, por sua vez, a partir de 2 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 100% das quotas da Maynard, mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

- Vila Real Energia S.A. (“Vila Real”) – Investida da Itacolomi Participações S.A.

A Vila Real, companhia anônima fechada, foi constituída em 22 de abril de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social (i) a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (ii) a elaboração e execução de projetos de produção independente de energia; (iii) a participação em outras Companhias como quotista ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; (iv) a prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; (v) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

A Vila Real, em 2 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 99,9% das quotas da Maynard Energética Ltda. mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

Mediante a referida reestruturação societária realizada na controlada Maynard, a Vila Real, passou a ser controladora dos ativos de geração de energia das usinas de Maynard- PCH Fumaça de 10MW e PCH Furquim 6MW que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 10 anos da autorização vigente. As CGH Caboclo 4,42MW, CGH Funil 4,23MW, CGH Prazeres 3,76MW e CGH Salto 4,51MW possuem registro junto a ANEEL com direito vitalício a exploração.

- Maynard Energética Ltda. (“Maynard”) – Investida da Vila Real Energia S.A

A Maynard, com sede no município de Ouro Preto – MG, tem como objeto social a geração, transmissão, distribuição e comércio atacadista de energia elétrica, ou energia de qualquer outra fonte; participação em outras sociedades como sócia ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

A Maynard comercializa energia elétrica, vendida no mercado livre, por meio das suas hidrelétricas PCH Fumaça, de 10MW, e PCH Furquim de 6MW que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 10 anos das autorizações vigentes. As CGH Caboclo de 4,42MW, CGH Funil de 4,23MW, CGH Prazeres de 3,76MW e CGH Salto de 4,51MW possuem registro junto a ANEEL com o direito vitalício a exploração.

- Areal Energias Renováveis Ltda. (“Areal”) - Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A sociedade tem por objeto a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica

Areal comercializa energia por meio da Usina de Areal localizada na cidade de Santa Rita de Jacutinga - MG, capacidade instalada de 5,15 MW e garantia física de 3,72 MW

Em 01 de junho de 2022, a Nec Operações celebrou o contrato de compra das quotas da empresa Areal com a CEI Energética Integrada Ltda. (“CEI”), detentora de 100% das quotas representativas do capital social da Areal, transferindo o controle acionário para a NEC Operações. Considerando que a CEI Energética não tinha controle sobre as políticas financeiras e operacionais da sua investida, fica descaracterizado a operação de combinação de Negócio.

- Polaris Participações Ltda. (“Polaris”) - Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A Polaris tem por objeto social a participação em outras sociedades, seja como quotista ou acionista e possui investimentos nas empresas Arenal e Itacolomi, empresas controladas pela NEC Operações.

Em março de 2022, a NEC Operações, celebrou contrato de compra das quotas dos Srs. Ricardo Valadares Gontijo e Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo, detentores de 100% do capital social da Polaris, e passou a controlar a Sociedade.

Uma vez que:

- A Polaris é uma holding pura com o objetivo de carregar investimentos em Arenal e Itacolomi;
- Através de Acordo de Acionistas, o Grupo NEC já controlava as empresas Arenal e Itacolomi;
- e
- O objetivo do Grupo NEC era remover os acionistas minoritários nestes investimentos;

A Administração do Grupo avaliou a transação e concluiu não se caracterizar uma combinação de negócios. Desta maneira, esta aquisição foi reconhecida como uma aquisição de

participação minoritária, na qual a diferença entre os saldos contábeis dos ativos e a contraprestação efetivamente oferecida foi registrada diretamente no patrimônio líquido.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada por reunião da diretoria, em 29 de fevereiro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Correção de erros

Em 31 de dezembro de 2022 foram apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas os saldos referentes à investida Costa Rica, uma vez que no julgamento da administração o Grupo possuía o seu controle.

A administração revisou o julgamento ao longo do exercício de 2023 e, uma vez que o acordo de quotista prevê que as atividades relevantes desta investida devem ser aprovadas por unanimidade, entende que o controle é compartilhado e, portanto, não devem ser apresentadas em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Segue abaixo os ajustes realizados para fins de reapresentação das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022:

ATIVOS	Consolidado		
	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado
ATIVOS CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	34.404	(1.159)	33.245
Contas a receber de clientes	13.167	(2.381)	10.786
Impostos a recuperar	1.465	(4)	1.461
Adiantamentos concedidos	274	(26)	248
Outros ativos circulantes	1.596	(411)	1.185
Total dos ativos circulantes	50.906	(3.981)	46.925
ATIVOS NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais	34	-	34
Outros ativos não circulantes	616	-	616
Investimentos	-	66.466	66.466
Partes relacionadas	22.318	-	22.318
Imobilizado	246.556	(12.864)	233.692
Intangível	92.845	(90.703)	2.142
Direito de uso de imóvel	2.377	-	2.377
Total dos ativos não circulantes	364.746	(37.101)	327.645
TOTAL DOS ATIVOS	415.652	(41.082)	374.570

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado		
	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado
PASSIVOS CIRCULANTES			
Fornecedores	5.389	(716)	4.673
Empréstimos e financiamentos	12.026	-	12.026
Obrigações sociais	5.539	-	5.539
Obrigações tributárias	2.560	(330)	2.230
Adiantamento de clientes	9	(1)	8
Passivo de arrendamentos	245	-	245
Partes relacionadas	-	-	-
Outros passivos circulantes	503	(221)	282
Total dos passivos circulantes	26.271	(1.268)	25.003
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	13.735	-	13.735
Passivo de arrendamentos	2.592	-	2.592
Obrigações tributárias	154	-	154
Provisões para riscos	68	-	68
Partes relacionadas	11.020	-	11.020
Outros passivos não circulantes	-	-	-
Tributos diferidos	72.008	(27.624)	44.384
Total dos passivos não circulantes	99.577	(27.624)	71.953
Total dos passivos	125.848	(28.892)	96.956
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	64.129	-	64.129
Reservas de lucros	38.985	-	38.985
Reserva de capital	112.638	-	112.638
	215.752	-	215.752
Participação de não controladores	74.052	(12.190)	61.862
Total do Patrimônio Líquido	289.804	(12.190)	277.614
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	415.652	(41.082)	374.570

	Consolidado		31/12/2022 Reapresentado
	31/12/2022	Ajuste	
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	144.561	(24.986)	119.575
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	(60.613)	5.771	(54.842)
REACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO	9.850	(9.850)	-
LUCRO BRUTO	93.798	(29.065)	64.733
Despesas gerais e administrativas	(30.259)	8.084	(22.175)
Despesas tributárias	(416)	5	(411)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.264)	-	(4.264)
Resultado de equivalência patrimonial	-	9.275	9.275
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	58.859	(11.701)	47.158
Receitas financeiras	4.212	(277)	3.935
Despesas financeiras	(6.204)	2	(6.202)
Total do resultado financeiro	(1.992)	(275)	(2.267)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	56.867	(11.976)	44.891
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(5.999)	864	(5.135)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	4.227	(2.414)	1.813
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.772)	(1.550)	(3.322)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	55.095	(13.526)	41.569
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores	32.015		32.015
Acionistas não controladores	23.080		9.554

	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício	55.095	13.526	41.569
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	22.499	7.904	14.595
Encargos financeiros sobre empréstimos e parcelamentos fiscais	5.774	36	5.738
Resultados com distribuição desproporcional	669	(3.776)	4.445
Juros sobre arrendamentos	231	-	231
Resultado de equivalência patrimonial	-	9.275	(9.275)
IR e CSLL corrente	5.999	7.812	(1.813)
IR e CSLL diferidos	(4.227)	(9.362)	5.135
Repactuação do Risco Hidrológico	(9.850)	(9.850)	-
Indenização por sinistros a receber	(616)	-	(616)
Provisão para perda com sinistros	701	-	701
Perda por impairment	165	-	165
Baixa de ativos imobilizados	900	-	900
	<u>77.340</u>	<u>15.565</u>	<u>61.775</u>
Redução (Aumento) nos ativos operacionais			
Redução (Aumento) em contas a receber	413	412	1
Redução (Aumento) em adiantamentos	610	-	610
Redução (Aumento) em impostos a recuperar	297	3	294
Redução (Aumento) em depósitos judiciais	(5)	4	(9)
Redução (Aumento) em outros ativos	(125)	(3.032)	2.907
(Redução) Aumento nos passivos operacionais			
Aumento (redução) em fornecedores	21	455	(434)
Aumento (redução) em tributos a recolher	(2.478)	459	(2.937)
Aumento (redução) em obrigações sociais	987	-	987
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	(3)	1	(4)
Aumento (redução) em outros passivos	25	(114)	139
Dividendos recebidos	-	(11.052)	11.052
Pagamento de arrendamento	(507)	-	(507)
Juros pago sobre parcelamentos fiscais, empréstimos e financiamentos	(5.504)	(1.122)	(4.382)
Impostos sobre a renda pagos	(3.143)	(907)	(2.236)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>67.928</u>	<u>672</u>	<u>67.256</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de participação societária	(30.521)	5.973	(36.494)
Aquisição de imobilizado	(22.179)	221	(22.400)
Aquisição de intangível	(1.667)	-	(1.667)
Incorporação de ativo imobilizado de empresa investida	(20.017)	-	(20.017)
Venda de ativo imobilizado	503	503	-
Operações com partes relacionadas	(443)	-	(443)
Recomposição de gastos com ativos	804	-	804
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	<u>(73.520)</u>	<u>6.697</u>	<u>(80.217)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento (redução) de capital	41.825	-	41.825
Amortização de empréstimos	(11.478)	1.115	(12.593)
Dividendos pagos	(21.135)	(9.543)	(11.592)
Amortização de parcelamento fiscal	(42)	32	(74)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>9.170</u>	<u>(8.396)</u>	<u>17.566</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>3.578</u>	<u>(1.027)</u>	<u>4.605</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.826	2.186	28.640
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.404	1.159	33.245
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>3.578</u>	<u>(1.027)</u>	<u>4.605</u>

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

O Grupo inclui em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações financeiras da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

O Grupo reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo NEC são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.1.2 Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

- (i) O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:
- (ii) O valor da contraprestação transferida, mais;
- (iii) O montante reconhecido de qualquer participação não-Controladora na adquirida, mais;
- (iv) Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos;
- (v) O montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício

3.1.3 Aquisição de participação de acionistas não controladores

É registrado como transações entre acionistas ("Transações de capital"). Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

3.1.4 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

3.13 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez, conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e risco insignificante de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

3.13 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pela Companhia para a constituição de um novo ativo, incluindo, quando aplicável, os custos com financiamentos.

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O Grupo utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Para os demais itens, o Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Para os ativos reembolsáveis relacionadas a concessão ou autorização, a depreciação é limitada aos valores de realização conforme o prazo estipulado pela Resolução Autorizativa.

As empresas geradoras de energia utilizam o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Abaixo as taxas de depreciação por grupo adotadas pela Grupo:

	Taxa de depreciação
Ferramentas	20,00%
Edifício / Benfeitorias	10,00%
Equipamentos Geradores de Energia	3,33%
Máquinas e equipamentos	10,00%
Equipamentos de Informática	20,00%
Veículos	20,00%
Móveis e Utensílios	10,00%
Máquinas e Equipamentos	10,00%
Instalações	10,00%
Equipamentos de segurança eletrônica	10,00%

3.4.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

3.5 Intangível

3.5.1 Custo do intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 13, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.5.2. Mais valia em concessões de exploração de bem público

A realização da Mais Valia está sendo feita proporcionalmente ao prazo de vencimento da concessão que originou o ativo intangível.

3.5.3 Repactuação do Risco Hidrológico

Na Sociedade Maynard Energética Ltda a administração da Sociedade aprovou a adesão das PCH's Furquim e Fumaça (Maynard), detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Como consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso da PCH's Furquim e Fumaça, o prazo de extensão foi de 598 e 571 dias respectivamente. A Maynard reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 14.286, em 10 de outubro de 2023, no valor total de R\$ 4.015.

3.6 Arrendamento mercantil

A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento".

A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) arrendamento a pagar que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

b) Arrendamento a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental (ou capitalização de recursos) na data de início.

Após essa data, o valor passa a ser corrigido mensalmente pelos juros e reduzido pelos pagamentos efetivados. Adicionalmente, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus contratos cuja vigência seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.7 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

3.9.1. Tributos sobre o lucro

A Controladora NEC Operações e Participações em Energia Ltda., e suas controladas Vila Real, BEI e Arenal são optantes pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real. As demais investidas e controladas são apuradas pelo lucro presumido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

3.9.2. Tributos correntes

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; e
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social – correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

3.9.3. Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

3.10. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados ao valor justo (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo).

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente

3.10.1 Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros da Companhia incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa e as contas a receber, ambos reconhecidos considerando o custo amortizado.

3.10.2 Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; (ii) mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Empresa, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores.

3.11 Empréstimos e Financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos os custos de transação nos casos aplicáveis, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

3.12 Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

1. identificação do contrato com o cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho no contrato;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação; e por fim,
5. reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

As receitas do Grupo se dividem em:

(i) Geração de energia:

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

(iii) Operação remota de usinas:

Prestação de serviço pela BEI referente a operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica.

(iv) Receita financeira:

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

3.13 Novos pronunciamentos técnicos

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 06	Passivo de locação em um <i>Sale and Leaseback</i> (Transação de venda e retroarrendamento)
Alterações ao CPC 26	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações ao CPC 03 e CPC 40	Acordo de financiamento de fornecedores

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração exerça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis e, conseqüentemente, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 3.1 – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre a

investida ou se o controle é compartilhado.

Nota explicativa 19 e 26 – reconhecimento de passivos fiscais diferidos: aplicação dos conceitos de diferenças temporárias.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 6 – mensuração sobre perdas esperadas: principais premissas na determinação da recuperabilidade de ativos.

Nota explicativa 11 – mensuração da depreciação de ativos: principais premissas na determinação da vida útil.

Nota explicativa 11 – estimativas sobre perdas de ativos fixos: principais premissas na determinação do valor recuperável de ativos.

Nota explicativa 12 – mensuração da amortização de ativos intangíveis: principais premissas na determinação da vida útil.

Nota explicativa 18 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	36	104	969	1.446
Aplicações financeiras	7.492	6.366	33.378	31.799
	<u>7.528</u>	<u>6.470</u>	<u>34.347</u>	<u>33.245</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB – DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Itaú, são remuneradas a taxas de mercado de 100,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2023. (100,5% do CDI em 2022).

6 CONSTAS A RECEBER

O saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2023 está assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	2.807	47	6.252	1.632
Cientes não faturados	-	-	8.407	9.154
	2.807	47	14.659	10.786
Provisão para perda duvidosa	-	-	(83)	-
	2.807	47	14.576	10.786

O saldo de contas a receber consolidado, refere se substancialmente a venda de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base de dezembro de 2023, porém, faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

7 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores	92	8	744	115
Adiantamentos salariais	10	6	127	117
Adiantamentos para viagens	-	-	12	16
	102	14	883	248

8 OUTROS ATIVOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar	5	10	1.062	1.185
Sinistros a receber (i)	-	-	-	616
Outros ativos	-	-	403	-
	5	10	1.465	1.801
Circulante	5	10	1.465	1.596
Não circulante	-	-	-	616

- i) Valor referente a provisão do saldo a receber da seguradora, devido ao evento de sinistro ocorrido nas usinas da controlada Maynard.

9 PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são registradas considerando as condições acordadas entre as partes:

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mútuo - Ativo				Reapresentado
NEC Operações e Partic. em Energia Ltda	-	-	-	-
CEI Energética Integrada Ltda	22.841	22.318	22.841	22.318
	<u>22.841</u>	<u>22.318</u>	<u>22.841</u>	<u>22.318</u>
Mútuo - Passivo				
Nebras do Brazil Investments 1 Ltda	10.908	10.908	10.908	10.908
Hy Brazil Energia S.A	-	-	-	112
	<u>10.908</u>	<u>10.908</u>	<u>10.908</u>	<u>11.020</u>
Rateio de Gestão - Resultado				
Maynart Energética Ltda	3.476	4.060	-	-
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda	1.329	622	-	-
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda	3.586	3.238	-	-
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	782	817	-	-
Energia Limpa Participações Ltda	383	385	-	-
Brito Energética Ltda.	915	1.021	-	-
Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda	1.393	2.295	1.393	2.295
Areal Energias Renováveis Ltda	418	417	-	-
Rio Novo Energias Renováveis Ltda	243	221	243	221
Companhia Energética Rio Preto	455	251	455	251
Arenal Participações S.A.	832	352	-	-
Piumhi Energias Renováveis Ltda	287	74	287	74
Triade Energias Renováveis Ltda	917	601	917	601
Consórcio Capivari	66	61	66	61
CEI Energética Integrada Ltda	40	6	40	6
ATMO Comercializadora de Energia	-	6	-	6
	<u>15.122</u>	<u>14.427</u>	<u>3.401</u>	<u>3.515</u>

O saldo em aberto com o Nebras do Brazil Investments 1 Ltda está relacionado a transação com ações Preferenciais PNB1, conforme mencionado na nota explicativa nº 18, cujo sua realização ocorrerá até 30 de setembro de 2049.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	10.908	-
(+) Captação de recursos PNB1	-	10.908
(+) Juros e encargos financeiros	1.107	1.135
(-) Amortização da dívida	(1.107)	(1.135)
Saldo no final do exercício	<u>10.908</u>	<u>10.908</u>

10 INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Nec Operações e Participações em Energia Ltda	207.408	196.163	62.655	66.466
	<u>207.408</u>	<u>196.163</u>	<u>62.655</u>	<u>66.466</u>

Controladora

a) O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2023:

	NEC Operações e Participações em Energia Ltda
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116.698
(+) Aumento de capital	41.049
(-) Dividendos	(2.440)
(+/-) Equivalência patrimonial	38.827
(+/-) Variação de percentual de participação	6.837
(+/-) Resultado de distribuição desproporcional	(4.204)
(+ / -) Outros ajustes de investimentos	(604)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	196.163
(+) Aumento de capital	4.140
(+/-) Equivalência patrimonial	45.305
(+/-) Resultado de distribuição desproporcional	(15.822)
(-) Dividendos	(22.770)
(+ / -) Outros ajustes de investimentos	392
Saldo em 31 de dezembro de 2023	207.408

b) O quadro abaixo apresenta o saldo de investimento a partir do Patrimônio Líquido das investidas em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023		
	Participação %	PL	Saldo
NEC Operações e Participações em Energia Ltda	98,05%	211.131	207.408
		211.131	207.408

	31/12/2022		
	Participação %	PL	Saldo
NEC Operações e Participações em Energia Ltda	98,00%	200.163	196.163
		200.163	196.163

c) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das controladas, estão apresentadas a seguir:

Sociedade	Participação %	Posição patrimonial controladas das investidas diretas					
		Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Valor do Investimento	Resultado do MEP da investida direta
31 de dezembro de 2022							
NEC Operações e Participações em Energia LI	98,00%	379.593	109.303	270.290	58.798	196.163	57.622
Total investimento		379.593	109.303	270.290	58.798	196.163	57.622
31 de dezembro de 2023							
NEC Operações e Participações em Energia LI	98,05%	214.542	3.411	211.131	45.772	207.408	44.879
Total investimento		214.542	3.411	211.131	45.772	207.408	44.879

Consolidado

	31/12/2023	31/12/2022
Costa Rica Energética Ltda	13.397	12.719
Costa Rica Energética Ltda - Mais Valia	49.268	53.747
	62.665	66.466

A participação de 51% na controlada em conjunto, Costa Rica Energética Ltda., foi adquirida em 06 de setembro de 2018. A Costa Rica tem por objeto a geração de energia elétrica de origem hidráulica como produtor independente de energia.

a) Em 31 de dezembro de 2023, a Arenal apurou, por equivalência patrimonial, um decréscimo em seu investimento na ordem de R\$ 1.494 (R\$ 9.275 em 31 de dezembro de 2022 um acréscimo).

	Costa Rica
Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.530
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	1.237
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	(153)
(-) Dividendos distribuídos	(6.919)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	67.695
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	9.275
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	548
(-) Dividendos distribuídos	(11.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.466
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	801
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	878
(-) Dividendos distribuídos	(5.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62.665

b) O quadro abaixo apresenta o saldo de investimento a partir do Patrimônio Líquido das investidas em 31 de dezembro de 2023:

		31/12/2023			
	Participação (%)	Patrimônio líquido	Saldo de participação	Mais Valia	Total do investimento
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	26.269	13.397	49.268	62.665
		26.269	13.397	49.268	62.665
		31/12/2022			
	Participação (%)	Patrimônio líquido	Saldo de participação	Mais Valia	Total do investimento
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	24.940	12.719	53.747	66.466
		24.940	12.719	53.747	66.466

c) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das controladas, estão apresentadas a seguir:

Posição patrimonial controladas das investidas diretas							
31 de dezembro de 2023							
Sociedade	Participação (%)	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do Investimento	Resultado do MEP da investida direta
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	27.553	1.284	26.269	10.410	62.665	801
Total investimento		27.553	1.284	26.269	10.410	62.665	801

11 IMOBILIZADO

A movimentações do ativo imobilizado consolidado estão assim representadas:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	46.105	-	-	46.105
Reserv., Barragens e Adutoras	20.258	-	-	20.258
Estruturas Cíveis - Usinas	25.502	481	1.247	27.230
Equipamentos - Usinas	53.764	1.551	1.507	56.822
Computadores e periféricos	1.922	41	1	832
Máquinas e equipamentos	93.510	492	3.435	96.536
Móveis e utensílios	1.215	29	-	469
Veículos	79	10	-	89
Edificações / benfeitorias	63.139	517	-	61.414
Ferramentas	228	-	-	228
Concessões e Direitos Minerários - VOC	297	-	-	297
Imob. Em andamento	10.460	6.641	(6.190)	11.066
	316.515	9.558	-	326.037
Reserv., Barragens e Adutoras	(2.552)	(1.114)	-	(3.666)
Estruturas Cíveis - Usinas	(4.242)	(841)	-	(5.083)
Equipamentos - Usinas	(16.283)	(2.641)	-	(18.924)
Computadores e periféricos	(1.023)	(287)	-	(1.310)
Máquinas e equipamentos	(20.169)	(4.298)	-	(24.467)
Móveis e utensílios	(665)	(94)	-	(759)
Veículos	(79)	(2)	-	(81)
Edificações / benfeitorias	(37.761)	(5.578)	-	(43.339)
Ferramentas	(14)	(19)	-	(33)
	(82.286)	(14.874)	-	(97.662)
	233.692	(5.352)	-	228.375

	Saldo em 31/12/2021	Baixas	Adições	Incorporação de Ativos, líquido (iii)	Transferências	Recomposição de Gastos (i)	Perda por Sinistro (ii)	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	44.096	-	-	2.009	-	-	-	46.105
Reserv., Barragens e Adutoras	9.520	-	63	7.220	3.455	-	-	20.258
Estruturas Cíveis - Usinas	21.241	-	-	919	3.342	-	-	25.502
Equipamentos - Usinas	48.144	1.240	118	-	6.742	-	-	53.764
Computadores e periféricos	1.608	-	265	-	49	-	-	1.922
Máquinas e equipamentos	76.324	-	469	9.867	6.850	-	-	93.510
Móveis e utensílios	1.213	-	-	2	-	-	-	1.215
Veículos	182	103	-	-	-	-	-	79
Edificações / benfeitorias	60.735	-	-	-	2.404	-	-	63.139
Ferramentas	40	-	4	-	184	-	-	228
Concessões e Direitos Minerários - VOC	297	-	-	-	-	-	-	297
Imob. Em andamento	13.206	-	21.084	-	(23.026)	(804)	-	10.460
	306.741	(1.443)	22.235	20.017	-	(804)	-	316.515
Reserv., Barragens e Adutoras	(1.586)	-	(966)	-	-	-	-	(2.552)
Estruturas Cíveis - Usinas	(3.614)	-	(628)	-	-	-	-	(4.242)
Equipamentos - Usinas	(13.411)	394	(3.266)	-	-	-	-	(16.283)
Computadores e periféricos	(692)	-	(331)	-	-	-	-	(1.023)
Máquinas e equipamentos	(17.136)	-	(2.332)	-	-	-	(701)	(20.169)
Móveis e utensílios	(566)	-	(99)	-	-	-	-	(665)
Veículos	(148)	78	(9)	-	-	-	-	(79)
Edificações / benfeitorias	(32.044)	-	(5.717)	-	-	-	-	(37.761)
Ferramentas	(3)	-	(11)	-	-	-	-	(14)
	(85.633)	543	(14.174)	-	-	-	(701)	(82.286)
	217.923	(900)	8.367	20.017	-	(804)	(701)	233.692

- (i) O Art. 37 da Resolução ANEEL 414 de 09 de setembro de 2010 permite ao interessado, individualmente ou em conjunto, e a Administração Pública Direta ou Indireta de optar pela execução das obras de extensão de rede, reforço ou modificação da rede existente, em função da sua necessidade de priorizar o atendimento no prazo pretendido. Dessa forma, a CGH Pacífico Mascarenhas realizou a extensão e modificação da rede elétrica de distribuição aérea trifásica em trecho urbano e repotenciamento de rede convencional no município de Santana do Riacho/MG, essa obra teve o seu valor restituído pela Cemig Distribuição S.A.

- (ii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, durante o evento das fortes chuvas de janeiro de 2022, que afetou a região de Ouro Preto/MG, as usinas de Maynart sofreram danos em suas instalações afetando na paralização de suas Unidades Geradoras, ocasionando no acionamento do seguro e reparos para reestabelecimento das operações. Devido a este evento, foi necessário realizar o reconhecimento de provisão de perda Impairment- referente ao valor líquido dos bens afetados

- (iii) As incorporações dos ativos líquidos são referentes a aquisição da investida indireta Areal Energias Renováveis a partir de 01º de junho de 2022.

12 INTANGÍVEL

A movimentações do ativo intangível consolidado estão assim representadas:

	Saldo em 31/12/2022	Baixas	Adições	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Softwares	2.576	-	318	-	2.894
Servidões	100	-	-	-	100
Repactuação do Risco Hidrológico (i)	-	-	4.015	-	4.015
Projeto em andamentos	-	-	127	-	127
	2.676	-	4.460	-	7.136
(-) Software	(534)	-	(516)	-	(1.050)
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	(89)	-	(89)
	(534)	-	(605)	-	(1.139)
	2.142	-	3.855	-	5.997

	Saldo em 31/12/2021	Baixas	Adições	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Softwares	909	-	1.667	-	2.576
Servidões	100	-	-	-	100
	1.009	-	1.667	-	2.676
(-) Software	(370)	-	(164)	-	(534)
	(370)	-	(164)	-	(534)
	639	-	1.503	-	2.142

(i) Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em Reunião de Sócios Quotistas, realizada no dia 05 de de outubro de 2021, as Sócias Quotistas ratificaram a adesão das PCH's Furquim e Fumaça detentoras da autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n.º 13.203/2015, conforme alterada pela Lei n.º 14.052/2020, e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel n.º 895/2020, e, por consequência, a desistência de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a renúncia qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE.

Nos termos da Lei n.º 13.203/2015, na hipótese de adesão à repactuação do risco hidrológico, os geradores têm direito à extensão do prazo das respectivas outorgas de geração por até

sete anos, sendo que, especificamente no caso da sociedade, as PCH's Furquim e Fumaça tornaram-se elegíveis aos acréscimo de 598 (quinhentos e noventa e oito) dias e 571 (quinhentos e setenta e um) dias respectivamente, a partir do termo final do prazo originário da outorga de autorização, correspondente à importância de R\$ 1.308 e R\$ 2.708 milhões respectivamente, definida e disponibilizada pela ANEEL.

A Administração adotou como política contábil o reconhecimento do benefício econômico futuro decorrente da extensão do prazo de outorga, após decisão final da ANEEL, que se materializou mediante a expedição da Resolução Autorizativa n. 14.896 de 10 de outubro de 2023. Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa disponível no entendimento da Administração, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE.

O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível sob rubrica “Direito de Extensão da Concessão”, correspondente ao referido direito, em contrapartida da rubrica “Repactuação de risco hidrológico” na demonstração do resultado, no montante de R\$ 4.015 mil, o qual é o valor definido e disponibilizado pela Aneel que o objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a transformou em extensão de outorga por mais 1.169 dias conforme disposto no anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919/2021. A amortização deste ativo intangível ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

13 DIREITO DE USO DE IMÓVEIS E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

a) Ativo de direito de uso - imóvel

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Direito de Uso de Imóvel	3.724	2.653	3.724	2.653
(-) Amortização do direito de uso	(653)	(276)	(653)	(276)
	<u>3.071</u>	<u>2.377</u>	<u>3.071</u>	<u>2.377</u>

A movimentação do saldo referente ao ativo de direito de uso em 31 de dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

Controladora

Saldo em 1º de julho de 2021	2.653
Amortização	(276)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.377
Adição e remensuração	1.070
Amortização	(376)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.071

b) Passivos de arrendamento

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa média incremental de 10,71% a.a. em 31 de dezembro de 2023.

Por ocasião de vencimento e renovação do contrato de aluguel, foi apurado com o novo valor mensal, sendo este valor adicional classificado na linha de “Adição e Remensuração”.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento a pagar	3.719	2.894	3.719	2.894
(-) Juros sobre arrendamento	(177)	(57)	(177)	(57)
	3.542	2.837	3.542	2.837
Circulante	497	245	497	245
Não circulante	3.045	2.592	3.045	2.592

A movimentação do saldo referente ao passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

Controladora e Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.464
Adição e remensuração	649
Pagamento de principal e juros	(507)
Juros incorridos	231
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.837
Adição e remensuração	1.070
Pagamento de principal e juros	(540)
Juros incorridos	175
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.542

Em 31 de dezembro de 2024, a abertura do saldo está conforme abaixo:

2024	497
2025	497
2026	497
2027	497
2028 em diante	1.730
Total	3.716
Juros embutidos	(174)
Passivo de arrendamentos	3.542

O Grupo não possui direito potencial de PIS/Pasep e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento.

14 FORNECEDORES

O saldo dos fornecedores em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de serviços e mercadorias	373	643	3.712	4.673
				Reapresentado
				4.673
	<u>373</u>	<u>643</u>	<u>3.712</u>	<u>4.673</u>

O saldo de fornecedores é substancialmente composto pela provisão de compras de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base dezembro de 2023, porém faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional	-	-	16.199	26.116
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	-	13.941	23.324
FINAME	-	-	2.258	2.792
Encargos sobre empréstimos	-	-	(136)	(355)
(-) IOF sobre Empréstimos Bancários	-	-	(136)	(355)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.063</u>	<u>25.761</u>
Circulante	-	-	12.987	12.026
Não circulante	-	-	3.076	13.735

A seguir estão os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos reconhecidos e as movimentações durante o período

Empresa	Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento	Moeda	Valor contratado	31/12/2023	31/12/2022
Energia Limpa	Finame - Hacker	TJLP + 5,6% a.a	15/12/2027	R\$	2.805	1.402	1.736
Energia Limpa	Finame - Automatic	TJLP + 5,6% a.a	15/01/2028	R\$	1.734	856	1.056
Brito Energética Ltda	CCB	CDI (0,93 a.m) + 3,25% a.a.	06/08/2025	R\$	14.000	3.434	5.496
Arenal Participações S.A.	CCB	CDI (0,93 a.m) + 3% a.a.	08/08/2025	R\$	35.000	8.885	14.234
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda	CCB	CDI (0,93 a.m) 3,5% a.a.	26/08/2024	R\$	6.500	1.486	3.239
						16.063	25.761

a) Banco Santander – investida Energia Limpa

Em 2018, a Energia Limpa contratou os FINAME´s Hacker e Automatic, ambos juntos ao Banco Santander para construção de máquinas e equipamentos para Nova Ponte Queimada em 102 parcelas a taxa de juros de TJLP + 5,6% a.a. e com garantia de alienação fiduciária dos equipamentos e direitos creditórios.

Os Contratos possuem uma cláusula contratual restritiva financeira (“*covenant*”), que, em caso de descumprimento, podem resultar em vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2022 a Administração realizou a análise dos *covenants* dos contratos de empréstimos e financiamentos e ficou constatado que os indicadores das cláusulas restritivas foram atingidos sem quaisquer objeções.

b) Banco Itaú – investida Energia Limpa

O contrato de empréstimo do Banco Itaú possui 24 parcelas com vencimento final em outubro de 2022 e taxa de juros de 3,4% ao ano + 100% DI.

O contrato não contém cláusula contratual restritiva (“*covenants*”).

c) Banco Itaú – investida Brito

Em 29 de agosto de 2018, a controlada Brito Energética contraiu empréstimo no valor de R\$14.000 (quatorze milhões de reais) junto ao Banco Itaú S.A. Tal empréstimo teve como principal objetivo a aquisição da usina de Ituerê. O empréstimo foi dividido em 81 parcelas a taxa de juros de CDI + 3,25% a.a.

Em 31 de dezembro de 2023 a Administração realizou a análise dos *covenants* dos contratos de empréstimos e financiamentos e ficou constatado que os indicadores das cláusulas restritivas foram atingidos sem quaisquer objeções.

d) Banco Itaú – investida Arenal

Em 2018, a controlada Arenal contraiu empréstimo no valor de R\$35.000 (trinta e cinco milhões de reais) junto ao Banco Itaú S.A. Tal empréstimo teve como principal objetivo a aquisição de participação societária da usina de Costa Rica. O empréstimo foi dividido em 78 parcelas a taxa de juros de CDI + 4,21% a.a.

O contrato contém cláusula contratual restritiva (“*covenants*”) que estabelece que a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA deverá ser menor ou igual a 2,5x para 2022 e 2,0 para o período de 2023 até a liquidação do contrato, a ser apurado anualmente. Adicionalmente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), deverá ser maior que 1,2 até integral liquidação da dívida assumida junto ao banco, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido, motivo pelo qual, os saldos estão sendo apresentados integralmente no passivo circulante.

O contrato prevê como formas de garantia a Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Fiança em caso de descumprimento.

e) Banco Itaú – investida Pacífico

O contrato de empréstimo do Banco Itaú possui 48 parcelas com vencimento final em agosto de 2024 e taxa de juros de 3,5% ao ano + 100% DI.

O contrato não contém cláusula contratual restritiva (“covenants”).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	-	-	25.761	36.969
(+) Juros e encargos financeiros	-	-	4.844	4.623
(-) Amortização dos juros e encargos financeiros	-	-	(2.422)	(4.353)
(-) Amortização da dívida	-	-	(12.120)	(11.478)
Saldo no final do exercício	-	-	16.063	25.761

Em 31 de dezembro de 2023, a abertura do saldo de empréstimos e financiamentos está conforme apresentado abaixo:

	Consolidado 31/12/2023
2024	12.987
2025	1.905
2026	527
2027 em diante	644
Total	16.063

16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O saldo está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
IRPJ	-	-	501	884
CSLL	-	-	403	348
PIS	-	2	87	119
COFINS	4	11	405	521
CPRB	-	-	166	110
ICMS	-	-	9	25
ISS	4	-	41	42
IRRF	-	-	-	24
Tributos retidos na fonte	17	9	98	97
Parcelamentos tributários	-	-	154	214
	25	22	1.864	2.384
Circulante	25	22	1.770	2.230
Não circulante	-	-	94	154

16.1. Parcelamentos Fiscais

O débito refere-se a valores devidos de ICMS, apurados no período de maio a julho de 2021, após o cancelamento do regime especial de tributação da sociedade em agosto de 2021, a sociedade requereu novamente o regime especial de isenção de ICMS.

A adesão ao parcelamento foi feita em agosto de 2021, na modalidade de denúncia espontânea, promovido pelo programa de “Regularize” do estado de Minas Gerais.

A movimentação do parcelamento tributário em 31 de dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	272
(+) Juros e encargos sobre o parcelamento	16
(-) Amortização do período	(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	214
(+) Juros e encargos sobre o parcelamento	12
(-) Amortização do período	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	154

17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

O saldo está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	454	429	1.453	1.448
Provisão de férias	(1)	726	224	2.352
FGTS a pagar	71	65	-	216
INSS a pagar	213	188	-	394
IRRF sobre folha de pagamento	245	216	-	509
Encargos sociais sobre férias	1.131	272	4.130	598
Outras obrigações sociais	-	12	3	22
	2.113	1.908	5.810	5.539

18 PROVISÃO PARA RISCOS

O Grupo é parte em ações judiciais e processos trabalhistas perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza trabalhista, cível e administrativo.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis em cada situação já tomados são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, sendo suficientes as provisões para contingências registradas.

Em 31 de dezembro de 2023, os processos considerados pela Administração como de perda provável são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhista	-	-	68	68
	-	-	68	68

Riscos judiciais possíveis

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	979	-	1.000	79
Tributária	-	-	561	-
Trabalhista	-	-	984	-
Ambientais	-	-	4.831	754
	979	-	7.376	833

19 TRIBUTOS DIFERIDOS

Abaixo apresentamos a movimentação do saldo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ Diferido	-	-	31.115	32.411
CSLL Diferido	-	-	11.258	11.732
PIS e COFINS diferido	-	-	327	241
	-	-	42.700	44.384

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / COFINS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.737	35.381	-	48.118
Edifício / Benfeitorias (Realização)	(4.064)	(4.064)	-	-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	(366)	(1.016)	-	(1.382)
Máquinas e Equip. (Realização)	(834)	(834)	-	-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	(75)	(208)	-	(284)
Intangível / Concessão (Realização)	(7.321)	(7.321)	-	-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	(659)	(1.830)	-	(2.489)
Realização Avaliação Patrimonial	(305)	(305)	-	-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	(27)	(76)	-	(104)
Imposto diferido sobre receita não faturada (nota 24)	122	136	-	258
Receita não faturada	-	-	6.873	-
Alíquota de PIS e COFINS sobre receita não faturada	-	-	3,65%	4,65%
Tributos diferidos	-	-	251	251
Receita financeira não resgatada	358	358	-	-
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	32	90	-	122
Receita financeira não resgatada	-	-	358	-
Alíquota de PIS e COFINS sobre aplicações financeiras não resgatas	-	-	4,65%	4,65%
Tributos diferidos	-	-	17	17
Ajuste ao saldo inicial de tributos diferidos sobre Mais Valia	(32)	(64)	(26)	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.732	32.411	241	44.384
Estorno imposto diferido sobre receita não faturada ano anterior	(201)	(321)	(241)	(763)
Edifício / Benfeitorias (Realização)	(4.472)	(4.472)	-	-
Alíquota	9%	25%	0%	25%
Tributos diferidos	(402)	(1.118)	-	(1.520)
Máquinas e Equip. (Realização)	(25)	(25)	-	-
Alíquota	9%	25%	0%	25%
Tributos diferidos	(2)	(6)	-	(9)
Intangível / Concessão (Realização)	-	-	-	-
Alíquota	9%	25%	0%	25%
Tributos diferidos	-	-	-	-
Realização Avaliação Patrimonial	(192)	(192)	-	-
Alíquota	9%	25%	0%	25%
Tributos diferidos	(17)	(48)	-	(65)
Imposto diferido sobre receita não faturada (nota 24)	111	92	-	203
Receita não faturada	-	-	8.407	-
Alíquota de PIS e COFINS sobre receita não faturada	-	-	3,65%	4,65%
Tributos diferidos	-	-	307	307
Receita financeira não resgatada	420	420	-	-
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	0%	25%
Tributos diferidos	38	105	-	143
Receita financeira não resgatada	-	-	420	-
Alíquota de PIS e COFINS sobre aplicações financeiras não resgatas	-	-	4,65%	4,65%
Tributos diferidos	-	-	21	21
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.258	31.115	327	42.700

(i) Em 2015, foi constituída provisão referente a Imposto de Renda diferido e Contribuição Social diferida, decorrente de mais valia apurada na operação de combinação de negócio entre a Controlada Vila Real Energia S.A e a Maynart Energética Ltda.

(ii) Em 2018 a Controlada Arenal Participações S.A adquiriu o percentual de participação de 51% (cinquenta e um por cento) da Costa Rica Energética Ltda., a operação desencadeou compra vantajosa e intangível decorrente da concessão. Consequentemente foram constituídos tributos diferidos.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital Social

No 1º trimestre de 2023, a Companhia realizou aumento do Capital Social da Companhia, mediante a emissão de 120.000 novas ações de emissão da Companhia, das quais, 99.800 consistem em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, 200 ações consistem em Ações Preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, dotadas das características dispostas no Artigo 4º do §2º, do Estatuto Social da Companhia, e 20.000 ações consistem em Ações Preferenciais Classe B1, nominativas e sem valor nominal, dotadas das características no Artigo 4º do §3º, do Estatuto Social da Companhia, representando R\$13.114, R\$26 e R\$10.908.

As Ações Preferenciais Classe A, não terão direito a voto, mas terão Prioridade no reembolso de capital em relação às Ações Ordinárias.

As Ações Preferenciais Classe B1, não terão direito a voto, mas terão Prioridade no reembolso de capital em relação às ações ordinárias e Ações Preferenciais Classe A e conferirá ao seu titular o direito ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo equivalente à variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) com acréscimo de 8,75% ao ano conforme calculado sobre o preço de subscrição de tais ações a ser pago trimestralmente sempre e na medida em que for permitido pela LSA. Considerando as características destas ações, a Companhia apresenta seus efeitos como instrumentos financeiros de dívida, no passivo com partes relacionadas.

As Ações Preferenciais Classe C, não terão direito a voto, mas terão Prioridade em relação às ações ordinárias e Ações Preferenciais Classe A, B1 e B2 no recebimento de dividendos fixos e cumulativos apenas nas hipóteses específicas e respeitadas os limites e condições estabelecidos no Acordo de Acionistas.

Diante o aumento de capital social da Companhia, a acionista CEI Energética, mediante a apresentação do título representativo do Certificado do Bônus de Subscrição nº 01, exerce, com fundamento na Cláusula 3.1(ii) do Bônus de Subscrição e na Cláusula 4.3.5(ii) de Acordo de Acionistas da Companhia, os direitos que lhe são conferidos, foram emitidas 100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 para todas as ações emitidas.

Em 25 de abril de 2022 foi aprovado aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 10.000 novas ações de emissão da Companhia, das quais, 9.980 consistem em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$77,00 por ação, e 20 ações consistem em ações Preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, dotadas das características dispostas no Artigo 4º, §2, do Estatuto Social da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 404,13 por ação.

O total das ações emitidas é de R\$777, dos quais R\$259 foram destinados ao capital social da Companhia e R\$518 destinados a reserva de capital.

Como consequência do exercício dos direitos sob o Bônus de Subscrição pela acionista CEI, foram emitidas 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) para todas as ações emitidas (“Ações do Bônus”). As ações ordinárias ora emitidas darão ao seu titular – a acionista CEI – os direitos conferidos no Artigo 4º, §1º, do Estatuto Social da Companhia.

Em 01 de junho de 2022 foi aprovado novo aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 100.000 novas ações de emissão da Companhia, das quais 99.800 consistem em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$170,00 por ação, 200 consistem em Ações Preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, dotadas das características dispostas no Artigo 4º §2º, do Estatuto Social da Companhia, ao preço de emissão de 170,00 por ação,

O total das ações emitidas é de R\$17.000, dos quais R\$5.700 foram destinados ao capital social da Companhia e R\$11.300 foram destinados à conta de reserva de capital.

Como consequência do exercício dos direitos sob o Bônus de Subscrição pela acionista CEI, foram emitidas 100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) para todas as ações emitidas (“Ações do Bônus”). As ações ordinárias ora emitidas darão ao seu titular – a acionista CEI – os direitos conferidos no Artigo 4º, §1º, do Estatuto Social da Companhia.

Portanto, o capital social da Companhia, que era de R\$64.128.962,33 (cinquenta milhões, cento e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta reais), representado por 294.342 (duzentas e noventa e quatro mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, 588 (quinhentas e oitenta e oito) Ações Preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal e 9.135 (nove mil cento e trinta e cinco) Ações Preferenciais Classe C, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021, passa a ser de R\$64.128.962,53 (sessenta e quatro milhões, cento e vinte e oito mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos), representado por 773.862 (setecentos e treze mil e novecentos e vinte e dois) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, 1.068 (mil e oito) Ações Preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, 20.000 (vinte mil) Ações Preferenciais Classe B1, nominativas e sem valor nominal e 9.135 (nove mil cento e trinta e cinco) Ações Preferenciais Classe C, nominativas e sem valor nominal.

Quotistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	%	Ações	%
CEI - ENERGÉTICA INTEGRADA LTDA.	396.600	49,32%	366.600	49,27%
NEBRAS DO BRASIL INVESTMENTS1 LTDA	407.465	50,68%	377.465	50,73%
	804.065	100%	744.065	100%

Quotistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações	%	Ações	%
CEI - ENERGÉTICA INTEGRADA LTDA.	366.600	49,27%	156.600	51,50%
NEBRAS DO BRASIL INVESTMENTS1 LTDA	377.465	50,73%	147.465	48,50%
	744.065	100%	304.065	100%

As ações são segregadas nos tipos Ordinárias e Preferenciais de Classe A, C e B1.

	CEI - ENERGÉTICA INTEGRADA LTDA.	NEBRAS DO BRASIL INVESTMENTS1 LTDA	TOTAL
Ordinárias	357.465	356.457	713.922
Classe A	-	1.008	1.008
Classe C	9.135	-	9.135
Classe B1	-	20.000	20.000
	366.600	377.465	744.065
	CEI - ENERGÉTICA INTEGRADA LTDA.	NEBRAS DO BRASIL INVESTMENTS1 LTDA	TOTAL
Ordinárias	387.465	386.397	773.862
Classe A	-	1.068	1.068
Classe C	9.135	-	9.135
Classe B1	-	20.000	20.000
	396.600	407.465	804.065

Ações Preferenciais Classe A, não terão direito a voto, mas terão Prioridade no reembolso de capital em relação às Ações Ordinárias, no caso de liquidação da companhia, prioridade essa limitada ao valor do capital social representado pelas referidas Ações Preferenciais Classe A.

Ações Preferenciais Classe B1, não terão direito a voto, mas terão Prioridade no reembolso de capital em relação às ações ordinárias e Ações Preferenciais Classe A, no caso de liquidação da companhia, nos termos e observados os limites estabelecidos no Acordo de Acionistas da Companhia. Cada Ação Preferencial Classe B1, conferirá ao seu titular o direito ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo. Considerando as características destas ações, a Companhia apresenta seus efeitos como instrumentos financeiros de dívida, no passivo com partes relacionadas.

Ações Preferenciais Classe C, não terão direito a voto, mas terão Prioridade em relação às ações ordinárias e Ações Preferenciais Classe A, B1 e B2 no recebimento de dividendos fixos e cumulativos apenas nas hipóteses específicas e respeitadas os limites e condições estabelecidos no Acordo de Acionistas. As ações Preferenciais Classe C não são conversíveis em Ações Ordinárias e serão resgatáveis segundo documentação aprovada pelos acionistas e arquivada na sede da Companhia.

20.2 Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 176% do capital social.

20.3 Dividendos obrigatórios

Em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia registraram, a renúncia ao direito de recebimento dos dividendos obrigatórios previstos no Artigo 20º do Estatuto Social da Companhia, bem como no caput do Artigo 202 da LSA, em relação ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

20.4 Transações entre sócios não controladores

Foram realizadas transações entre sociedades do Grupo, que são controladas indiretamente pela Companhia, as quais resultaram em um efeito no montante R\$ 5.585 no patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a NEC Operações em 10 de janeiro de 2023 realizou a aquisição de 5% da participação da América, sócia minoritária sobre os investimentos de Vila Real, que resultaram em um reflexo no patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores. Considerando que:

Durante o exercício de 2022, ocorreram pagamentos de dividendos aos acionistas minoritários das empresas GESM, Vila Real, Energia Limpa, no valor de R\$ 7.788.

21 RECEITA LÍQUIDA

O saldo da receita líquida em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta operações de energia	-	-	101.867	97.387
Receita bruta em serviços prestados	-	-	32.811	32.381
(-) Tributos sobre vendas e serviços	-	-	(9.766)	(10.193)
	-	-	124.912	119.575

22 CUSTO COM ENERGIA GERADA

O saldo do custo em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
Custo com pessoal e encargos	-	-	(15.186)	(19.765)
Compra de energia elétrica	-	-	(8.759)	(10.034)
Custos com serviços de terceiros	-	-	(1.862)	(2.475)
Custo com depreciação e amortização	-	-	(10.578)	(9.043)
Materiais, utilidades e serviços	-	-	(8.409)	(6.269)
Benefícios	-	-	(3.833)	(3.653)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.860)	(2.414)
Serviços de telecomunicação	-	-	(400)	(362)
Manutenção das usinas	-	-	(268)	(801)
Outros custos	-	-	(12)	(26)
	-	-	(51.167)	(54.842)

23 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O saldo do custo em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
Depreciação e amortização	(1.312)	(845)	(8.399)	(6.135)
Despesas com pessoal	(13.576)	(10.707)	(15.106)	(11.701)
Despesas com materiais, utilidades e serviços	(4.279)	(3.870)	(7.411)	(7.565)
Rateio de despesa administrativa DGA (i)	15.123	13.866	3.919	3.426
Viagens e estadias	(281)	(120)	(496)	(200)
	(4.325)	(1.676)	(27.493)	(22.175)

(i) O rateio DGA se refere ao compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, centralizado na Controladora e rateado para as suas controladas, conforme critérios definidos pela administração.

24 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

O saldo do custo em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
Custo líquido de bens baixados	-	-	-	(871)
Provisão de perda de ativos	-	-	-	(701)
Indenização recebida de seguradora	-	-	-	616
Venda de imobilizado	-	-	-	501
Impairment	-	(165)	-	(165)
Distribuição desproporcional	(15.822)	(4.204)	(15.836)	(4.204)
Outras despesas e receitas operacionais	-	5	766	560
	(15.822)	(4.364)	(15.070)	(4.264)

25 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O saldo do resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	475	303	5.182	2.871
Outras receitas financeiras	442	449	617	1.064
	917	752	5.799	3.935
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e parcelamentos fiscais	(1.438)	(1.135)	(4.605)	(5.636)
Juros sobre arrendamentos	(176)	(231)	(176)	(231)
IOF	(9)	(9)	(168)	(147)
Juros e multa	(8)	(10)	(81)	(97)
Outras despesas financeiras	-	-	(5)	(91)
	(1.631)	(1.385)	(5.035)	(6.202)
Resultado Financeiro, líquido	(714)	(633)	764	(2.267)

26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Controladora Nec Energia, sua controlada direta NEC Operações e Participações em Energia Ltda., e suas controladas Vila Real, BEI e Arenal são optantes pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real. As demais investidas e controladas são apuradas pelo lucro presumido.

Neste regime de apuração o Grupo apura trimestralmente toda a receita bruta auferida e aplica o percentual de presunção estabelecido pela legislação fiscal, de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social – em se tratando das empresas do Grupo geradoras de energia elétrica.

Os resultados da aplicação destes percentuais são somados aos ganhos de capital, dando origem às bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Posteriormente se aplica as alíquotas dos impostos sobre estas bases para se obter a despesa tributária do trimestre.

As alíquotas correspondem a:

- (i) 15% para imposto de renda, com 10% de adicional do imposto de renda sobre a parcela da base de cálculo tributável que exceder o valor de R\$60 no trimestre; e
- (ii) 9% de contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro presumido	-	-	4.150	3.418
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro real	-	-	54	1.717
	-	-	4.204	5.135

(a) Impostos sobre a renda - Sociedades tributadas pelo lucro real:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	69.172	70.636
Ajuste à despesa (receita) nominal		Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	(71.407)	(68.705)
Outras diferenças permanentes, líquidas	(27)	3.041
Multas de Trânsito	13	-
Brindes	11	-
Outras Despesas Não Operacionais	39	-
Receita (despesa) nominal	<u>(2.200)</u>	<u>4.972</u>
Compensação de prejuízo (30%)	(9)	-
Receita (despesa) nominal ajustado	<u>(2.209)</u>	<u>4.972</u>
Imposto de Renda - 15%	127	783
Imposto de Renda - 10%	38	462
Imposto de Renda	<u>165</u>	<u>1.246</u>
Contribuição Social - 9%	75	471
Estorno ano anterior	(186)	-
Total da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>54</u>	<u>1.717</u>

(b) Impostos sobre a renda - Sociedades tributadas pelo lucro presumido:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de geração de energia	102.623	93.980
Percentual de Presunção	8%	8%
Lucro Presumido	8.210	7.518
Rendimento de aplicações financeiras	3.336	1.870
Base de Cálculo - Lucro Presumido	11.546	9.388
Alíquota de 15%	1.732	1.408
Adicional de 10%	1.010	828
IRPJ - Corrente	2.741	2.236
Receita bruta de geração de energia	102.623	93.980
Percentual de Presunção	12%	12%
Lucro Presumido	12.315	11.278
Rendimento de aplicações financeiras	3.336	1.870
Base de Cálculo do CSLL	15.651	13.148
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	1.409	1.182
Imposto de renda e contribuição social - corrente	4.150	3.418

(c) Impostos sobre renda – Tributos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ - Diferido	-	-	3.553	1.333
CSLL - Diferido	-	-	444	480
	-	-	3.997	1.813

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	9.268	8.939
Percentual de Presunção	8%	8%
Lucro Presumido sobre receita não faturada	741	715
Alíquota de 15%	111	107
Adicional de 10%	23	48
IRPJ - Diferido	135	155
Percentual de Presunção	12%	12%
Lucro Presumido sobre receita não faturada	1.112	1.073
Alíquota	9%	9%
CSLL - Diferido	100	97
IR e CSLL Diferido s/ Receita não faturada	235	252
Estorno provisão ano anterior	(219)	(349)
Receita financeira não resgatada	473	358
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido s/ Receita Financeira não resgatada	161	122
Amortização anual do imobilizado reavaliado	(3.334)	(5.405)
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido s/ Reavaliação de Imobilizado	(4.174)	(1.838)
IRPJ e CSLL Diferido do período	(3.997)	(1.813)

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	7.528	6.470	34.347	33.245
Contas a receber	Custo amortizado	2.807	47	14.576	10.786
		7.528	6.470	34.347	33.245
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	373	643	3.712	4.673
Empréstimo	Custo amortizado	-	-	16.063	25.761
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	3.542	2.837	3.542	2.837
		3.915	3.480	23.317	33.271

27.2 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)
- Risco de não renovação das concessões
- Risco regulatório
- Risco socioambiental

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria da Companhia de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

Contas a receber com clientes

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Companhia.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõe o parque gerador hidroelétrico da Companhia participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico “GSF”) que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de

energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

vi) Risco de não renovação das concessões

GESM: A Companhia detém a autorização da Usinas de Congonhal I e Paes Leme , cujo vencimento se dá em 11 de Janeiro de 2031.

Maynart: A Sociedade detém a autorização da Usinas de Fumaça e Furquim e , cujo vencimento se dá em 12 de Dezembro de 2034 e 26 de Junho de 2035.

Energia Limpa: A Sociedade detém a autorização da Usina de Nova Ponte Queimada, cujo vencimento se dá em 28 de dezembro de 2053

Areal: A Companhia detém a autorização da Usina de Areal, cujo vencimento se dá em 26 de outubro de 2035.

Pacífico: A Companhia detém a autorização da Usina de Pacífico Mascarenhas, cujo vencimento se dá em 13 de Abril de 2055..

vii) Risco regulatório

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

viii) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Grupo adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2023 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requeressem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações financeiras.

Maria Tereza Diniz Carneiro

Diretora

CPF: 013.460.826-77

Adil Chenaf

Diretor

CPF: 243.285.388-10

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54

PAR MG 2024-043- NEC Energia - 31122023 - COMPLETO pdf

Código do documento 59cde427-c99c-4a40-939a-fd41c4368208



Assinaturas



MARIA TEREZA DINIZ CARNEIRO:01346082677

Certificado Digital

mariatereza.diniz@necenergia.com.br

Assinou



ADIL CHENAF

Certificado Digital

adil.chenaf@nebras-power.com

Assinou



GILBERTO GALINKIN DATA:31217494634

Certificado Digital

gilberto.galinkin@bdo.com.br

Assinou



LEANDRO VINICIUS CARATTA DE OLIVEIRA:05906808620

Certificado Digital

leandro.caratta@bdo.com.br

Assinou



GISELE APARECIDA ROCHA NOGUEIRA:01365284654

Certificado Digital

gisele.nogueira@necenergia.com.br

Assinou

Eventos do documento

02 Mar 2024, 09:08:45

Documento 59cde427-c99c-4a40-939a-fd41c4368208 **criado** por LEONARDO FERREIRA DE SOUZA (310bc78c-3b21-44fe-ab42-0db14d23e98b). Email:leonardo.souza@necenergia.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-02T09:08:45-03:00

02 Mar 2024, 09:12:53

Assinaturas **iniciadas** por LEONARDO FERREIRA DE SOUZA (310bc78c-3b21-44fe-ab42-0db14d23e98b). Email:leonardo.souza@necenergia.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-02T09:12:53-03:00

02 Mar 2024, 12:21:59

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - GISELE APARECIDA ROCHA NOGUEIRA:01365284654

Assinou Email: gisele.nogueira@necenergia.com.br. IP: 201.29.194.119

(201-29-194-119.user3p.veloxzone.com.br porta: 30084). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=GISELE APARECIDA ROCHA NOGUEIRA:01365284654. - DATE_ATOM: 2024-03-02T12:21:59-03:00

02 Mar 2024, 21:16:00

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ADIL CHENAF **Assinou** Email: adil.chenaf@nebras-power.com. IP: 191.193.79.238 (191-193-79-238.user.vivozap.com.br porta: 61642). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A3,CN=ADIL CHENAF. - DATE_ATOM: 2024-03-02T21:16:00-03:00

04 Mar 2024, 17:14:12

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARIA TEREZA DINIZ CARNEIRO:01346082677 **Assinou** Email: mariatereza.diniz@necenergia.com.br. IP: 187.32.52.201 (187-032-052-201.static.ctbctelecom.com.br porta: 43662). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=MARIA TEREZA DINIZ CARNEIRO:01346082677. - DATE_ATOM: 2024-03-04T17:14:12-03:00

04 Mar 2024, 17:42:15

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - LEANDRO VINICIUS CARATTA DE OLIVEIRA:05906808620 **Assinou** Email: leandro.caratta@bdo.com.br. IP: 201.80.20.216 (c95014d8.virtua.com.br porta: 33850). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=LEANDRO VINICIUS CARATTA DE OLIVEIRA:05906808620. - DATE_ATOM: 2024-03-04T17:42:15-03:00

04 Mar 2024, 17:58:22

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - GILBERTO GALINKIN DATA:31217494634 **Assinou** Email: gilberto.galinkin@bdo.com.br. IP: 201.17.132.207 (c91184cf.virtua.com.br porta: 56858). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=GILBERTO GALINKIN DATA:31217494634. - DATE_ATOM: 2024-03-04T17:58:22-03:00

Hash do documento original

(SHA256):432ddfe178788adac7d7f76473e7e5c1f70f36b75008a96129db5d07afdfb277

(SHA512):17c5b46bb8a1842430d51f3ef395bd0d8cfb646749c5e1145cec562e80e68e3d50bd751749ffe3813217b9bd6dbc06c527a7ce39ef709307c06aec095960aa14

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign